

ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO
FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO

Coordenadores

DIREITO ADMINISTRATIVO

e seus novos paradigmas

Alexandre Santos de Aragão
Alexandre Wagner Nester
Bernardo Strobel Guimarães
Carlos Ari Sundfeld
Carolina Barros Fidalgo
Cesar A. Guimarães Pereira
Daniel Sarmiento
Demian Guedes
Diogo de Figueiredo Moreira Neto
Egon Bockmann Moreira
Fernando Dias Menezes de Almeida
Flavio Amaral Garcia
Florianio de Azevedo Marques Neto

Giampaolo Rossi
Gustavo Binbenojm
Jacintho Arruda Câmara
Juarez Freitas
Luís Roberto Barroso
Marçal Justen Filho
Marcos Juruena Villela Souto
Nina Laporte Bomfim
Odete Medauar
Paulo César Melo da Cunha
Paulo Modesto
Sérgio Guerra
Vitor Rhein Schirato



2ª edição

Esperamos, com o presente livro, registrar algumas das principais manifestações do Direito Administrativo nos últimos anos — tirando uma fotografia do seu atual movimento —, buscando contribuir com a evolução dessa disciplina, a fim de que, sem exageros e passada a fase inicial de euforia, constitua um verdadeiro instrumento de concretização dos direitos fundamentais e do Estado Democrático de Direito.

Alexandre Santos de Aragão
Florianio de Azevedo Marques Neto

Autores

Alexandre Santos de Aragão
Florianio de Azevedo Marques Neto

DIREITO ADMINISTRATIVO

e seus novos paradigmas

Vivemos uma época de revisão de dogmas, em que conceitos e valores antigos, reminiscências, sobretudo da Revolução Francesa e do subsequente modelo napoleônico, centralizado, de organização administrativa do Estado, não foram de todo abandonados, ao mesmo tempo que o porvir ainda não se consolidou integralmente.

Paradigmas como o poder discricionário, o princípio da supremacia do interesse público, a presunção de veracidade e a centralidade do ato administrativo, a legalidade administrativa como vinculação positiva à lei, a insindicabilidade judicial do mérito administrativo, a precariedade e revogabilidade das autorizações já não podem ser aplicados sem passarem por uma releitura à luz dos valores constitucionais.

O desafio de todo esse processo evolutivo é, por um lado, a necessidade de revisão de institutos, evitando-se o misonéismo e considerando a realidade econômica e social na formulação da dogmática jurídica, e, por outro, imprescindível é também preservar o essencial dos valores clássicos, sob pena de resvalar-se para a atração incondicionada pelo novo e no subjetivismo pouco controlável.

Os artigos acadêmicos reunidos nesta obra buscam esse difícil equilíbrio: trazem a perspectiva crítica do novo momento, mas sem descuidar e desprezar a boa dogmática jurídica e seus valores básicos, igualmente importantes.

Dividimos a obra em três partes: a primeira dedicada aos fundamentos gerais das atuais mudanças de paradigmas no Direito Administrativo; a segunda focada na releitura dos princípios da matéria; por derradeiro, na terceira parte, são versados alguns dos institutos da disciplina, demonstrando a aplicação dos balizamentos teóricos mais gerais a questões específicas.

Dentro de cada parte, optamos por organizar os artigos dedutivamente, passando dos de caráter mais geral para os mais específicos. Naturalmente que a organização metodológica poderia ter se concretizado de várias maneiras, mas preferimos optar por uma delas, com todos os naturais riscos de imperfeições, em vez de adotar o critério alfabético automático de organização dos artigos.

Área específica
Direito Administrativo.

Áreas afins

Público-alvo/consumidores

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm
CÓDIGO: 10001006

D598

Direito administrativo e seus novos paradigmas / Alexandre Santos de Aragão, Floriano de Azevedo Marques Neto (Coord.). 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

616 p.

ISBN 978-85-450-0161-4

1. Direito administrativo. 2. Administração pública. I. Aragão, Alexandre Santos de. II. Marques Neto, Floriano de Azevedo.

CDD: 342.9

CDU: 35

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ARAGÃO, Alexandre Santos de; MARQUES NETO, Floriano de Azevedo (Coord.). Direito administrativo e seus novos paradigmas. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 616 p. ISBN 978-85-450-0161-4.

SUMÁRIO

PARTE I

Os Fundamentos

MÉTODO JURÍDICO Y DERECHO ADMINISTRATIVO: LA INVESTIGACIÓN DE CONCEPTOS JURÍDICOS ELEMENTALES

Giampaolo Rossi.....	17
1 Complejidad del problema del método.....	17
2 Ciencia y técnica. Método jurídico y método científico. Lógica y ciencia	18
3 Método deductivo e inductivo; enfoques normativistas y sustancialistas. Centralidad de los principios o de las normas	21
4 Método del análisis y de la investigación de conceptos jurídicos. Teoría general y conceptos elementales	24

A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO E SUAS REPERCUSSÕES NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO

Luís Roberto Barroso	31
1 Generalidades	31
2 Origem e evolução do fenômeno	32
3 A constitucionalização do direito no Brasil	38
3.1 O direito infraconstitucional na Constituição	38
3.2 A constitucionalização do direito infraconstitucional	39
3.3 A constitucionalização do direito e seus mecanismos de atuação prática	41
4 A constitucionalização do Direito Administrativo	43
5 Constitucionalização e judicialização das relações sociais	47
6 Controlando os riscos da constitucionalização excessiva	53
7 Conclusões	56

O DIREITO ADMINISTRATIVO DE ESPETÁCULO

Marçal Justen Filho	57
I) Breve advertência sobre a versão atualizada*	57
II) O Estado Democrático de Direito e o constitucionalismo	57
III) O descompasso do direito administrativo	58
IV) O "direito administrativo do espetáculo"	59
IV.1 A sociedade do espetáculo	59
IV.1.1 A proliferação do entretenimento e do imaginário	59
IV.1.2 A internet e o potencial de novas alternativas	61
IV.2 O Estado do Espetáculo	61

IV.3 O “direito administrativo do espetáculo”	63
IV.3.1 A função do “direito administrativo do espetáculo”	63
IV.3.2 Pressupostos epistemológicos do “direito administrativo de espetáculo”	64
IV.3.3 Os institutos do direito administrativo do espetáculo	66
V) O choque da realidade: os limites do querer do governante	67
V.1 O choque da realidade	67
V.1.1 O crescimento contínuo dos gastos públicos	67
V.1.2 A insuficiência dos serviços públicos	68
V.1.3 A incapacidade de produção do “monopólio da violência proporcional”	68
V.1.4 A afirmação de uma aristocracia de identidade variável	69
V.2 A dissociação dos “espetáculos”	69
V.3 A insuficiência do “espetáculo”	69
V.4 A desorientação generalizada	69
V.4.1 A tentativa governamental de prolongamento das práticas tradicionais	70
V.4.2 A ausência de alternativas práticas para os não governantes	70
V.5 O Estado do Espetáculo e os novos meios de comunicação de massa (mídia social)	70
V.5.1 A interconexão individual por vias não controladas pelo Estado	71
V.5.2 O acesso à informação	71
V.5.3 A predominância das mensagens privadas	71
V.5.4 A desconstrução do Espetáculo oficial	71
V.5.5 A utilização política das soluções privadas de comunicação	72
V.5.6 A obsolescência das soluções tradicionais de representação popular	72
V.5.7 Ainda os riscos de frustração e de alienação	72
VI) A reconstrução do direito administrativo	73
VI.1 O fim das ilusões	73
VI.2 A afirmação da primazia do ser humano	73
VI.3 A afirmação da natureza instrumental do Estado	74
VI.4 A superação da proposta de supremacia do interesse público	74
VI.5 A afirmação da supremacia dos direitos fundamentais	75
VI.6 A proteção às minorias e aos seus interesses	75
VI.7 A eliminação da regularidade imaginária	76
VI.8 A efetiva processualização da atividade administrativa	77
VI.9 A adoção de mecanismos de efetiva participação popular	77
VI.10 A preservação da competência decisória	77
VI.11 A constitucionalização do direito administrativo	78
VII) A modo de conclusão	78
O DIREITO ADMINISTRATIVO ENTRE OS CLIPS E OS NEGÓCIOS	
Carlos Ari Sundfeld	81
1 Teoria dos antagonismos	81
2 Direito administrativo do clips x direito administrativo dos negócios	82
3 Esse antagonismo e as desestatizações de gestão	83
4 Esse antagonismo na regulação	84
5 Conclusão	86
A BIPOLARIDADE DO DIREITO ADMINISTRATIVO E SUA SUPERAÇÃO	
Floriano de Azevedo Marques Neto	87
1 Introdução	87
2 Distintos enfoques para o direito administrativo	88
3 O direito administrativo visto pelo ângulo do indivíduo	90
4 Direito administrativo bipolar: garantidor da liberdade ou efetivador da autoridade?	92
4.1 Liberdade e autoridade na origem do direito administrativo	93
4.2 Ruptura e tradição com o passado	99
4.3 O movimento de inclinação pro autoritatis	101
5 A importância do indivíduo para o direito administrativo	107
6 Desafiando a bipolaridade: os papéis do privado na consecução das finalidades públicas	112
6.1 A atuação administrativa na relação com os particulares	112
6.2 Diferentes papéis exercidos pelos privados em relação à administração	114
6.2.1 O papel de súdito	114
6.3 O papel de beneficiário	115
6.4 O papel de cliente	116
6.5 O papel de parceiro	117
7 A tripla função do direito administrativo	119
7.1 Como instrumento de restrição de direitos	120
7.2 Como instrumento de efetivação de direitos	121
7.3 Como instrumento de composição de interesses	123
8 Do paradigma bipolar ao paradigma relacional: a concessão como instituto de concreção da tripla função do direito administrativo	123
9 Conclusão	127

PARTE II
Os Princípios

SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO? AS COLISÕES ENTREDIREITOS FUNDAMENTAIS E INTERESSES DA COLETIVIDADE

Daniel Sarmento	131
1 Introdução	131
2 Pessoa, sociedade e Constituição	132
2.1 Organicismo	133
2.2 Utilitarismo	136
2.3 Individualismo	139
2.4 Personalismo e a ordem constitucional brasileira: entre o comunitarismo e o liberalismo	144
3 As restrições aos direitos fundamentais e os interesses públicos	147
3.1 Convergência entre interesses públicos e direitos fundamentais	149
3.2 Conflitos entre direitos fundamentais e interesses públicos e inexistência de prioridades absolutas.....	150
3.3 Formas de limitação aos direitos fundamentais	153
3.4 Reserva legal	157
3.5 Proporcionalidade e interesse público	159
3.6 A prioridade prima facie do direito fundamental em face do interesse público concorrente	160
3.6 Núcleo essencial dos direitos fundamentais	162
4 Respondendo às objeções	165
5 Conclusão	167

O SENTIDO DA VINCULAÇÃO ADMINISTRATIVA À JURIDICIDADE NO DIREITO BRASILEIRO

Gustavo Binenbojm	169
1 O desprestígio do legislador e a crise da lei formal: um fenômeno universal	169
2 Os caminhos da legalidade administrativa: os sentidos da vinculação da Administração à juridicidade.....	176
3 A pluralidade de fontes do Direito Administrativo contemporâneo: Constituição, lei, regulamento presidencial e regulamento setorial. A sistemática constitucional brasileira após a Emenda Constitucional nº 32/2001	181
3.1 A lei. Formas de manifestação da legalidade. Reservas de lei	183
3.2 Os regulamentos. Suas espécies e a sistemática introduzida pela Emenda Constitucional nº 32/01.....	187
4 A atividade administrativa contra legem: ponderações entre legalidade, moralidade, proteção da confiança legítima e da boa-fé e eficiência. Convalidação, invalidação prospectiva e invalidação retroativa à luz do princípio da juridicidade administrativa	202
5 Conclusões	216

DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA – LIMITAÇÕES DA VINCULAÇÃO LEGALITÁRIA E PROPOSTAS PÓS-POSITIVISTAS

Sérgio Guerra.....	217
Introdução.....	217
1 Estruturação básica da discricionariedade administrativa: a vinculação negativa e positiva à lei.....	221
2 Sustentabilidade da discricionariedade administrativa por meio do binômio conveniência/opportunidade.....	224
3 Crítica à escolha discricionária no pós-positivismo do século XXI.....	229
4 Nova fórmula de direito administrativo: a reflexividade administrativa.....	236
4.1 Reflexividade administrativa x Reflexão.....	240
4.2 Primeiro elemento para sustentação da reflexividade administrativa: a prevenção.....	241
4.3 Segundo elemento para sustentação da reflexividade administrativa: a mediação.....	242
5 Conclusão.....	243

A PRESUNÇÃO DE VERACIDADE E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: UMA REAVALIAÇÃO QUE SE IMPÕE

Demian Guedes.....	247
1 Introdução: Direito Administrativo e evolução.....	247
2 A presunção de veracidade.....	250
3 O Estado Democrático de Direito e presunção de veracidade.....	252
4 Conclusão: a reavaliação da presunção de veracidade.....	261
Referências.....	264

RELEITURA DA AUTOEXECUTORIEDADE COMO PRERROGATIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nina Laporte Bomfim e Carolina Barros Fidalgo.....	269
Introdução.....	269
1 Características gerais e fundamentos jurídicos do atributo.....	269

1.1 Executoriedade e exigibilidade. A classificação do Direito francês.....	271
2 A alteração de paradigma para uma interpretação restritiva do atributo.....	275
3 Hipóteses de incidência da medida autoexecutória.....	279
3.1 Casos de autoexecutoriedade por expressa disposição legal.	
O tratamento no direito positivo brasileiro.....	281
3.1.1 Autoexecutoriedade na defesa do bem público. A questão da ruína iminente e das construções irregulares.....	284
3.1.2 Autoexecutoriedade na polícia sanitária. As medidas de controle de doenças e o confronto com a inviolabilidade de domicílio.....	287
3.1.3 Autoexecutoriedade na interdição de estabelecimento em razão de inadimplemento fiscal lesivo à concorrência.....	289
3.2 Casos de autoexecutoriedade não previstos em lei: a teoria dos poderes implícitos da Administração para a adoção de medida administrativa urgente na defesa do interesse público. A cautelaridade da medida.....	293
4 O princípio da proporcionalidade como parâmetro de controle do atributo da autoexecutoriedade.....	298
5 Conclusão.....	302

DIREITO FUNDAMENTAL À BOA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O REEXAME DOS INSTITUTOS DA AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, DA CONVALIDAÇÃO E DO “PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA”

Juarez Freitas.....	305
1 Introdução	305
2 Releitura de institutos.....	309
2.1 Releitura da autorização de serviço público.....	309
2.2 Releitura da convalidação dos atos administrativos.....	314
2.3 Releitura do “poder de polícia administrativa”	316
3 Conclusões.....	322

MECANISMOS DE CONSENSO NO DIREITO ADMINISTRATIVO

Fernando Dias Menezes de Almeida.....	325
1 Apresentação do tema.....	325
2 Consenso, convenção e contrato: aspectos conceituais.....	326
3 Contrato (em sentido estrito) administrativo: visão crítica.....	329
4 Mecanismos de consenso na atividade administrativa: vetores de evolução.....	333

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DIREITO DO CONSUMIDOR

Cesar A. Guimarães Pereira.....	337
1 Introdução.....	337
2 Um conceito operacional de serviço público.....	339
3 Consumidores e usuários de serviço público.....	340
4 Aplicação do CDC segundo o modo de regulação pública do serviço.....	345
5 O direito do consumidor como disciplina provisória aplicável ao serviço público (art. 27 da EC nº 19/1998).....	349
6 Os campos de aplicação do CDC ao serviço público.....	350
6.1 Aplicação (provisória) nos espaços de liberdade da disciplina do serviço.....	350
6.2 Aplicação do CDC como veículo de normas de direito administrativo.....	351
6.3 O caráter declaratório e confirmatório de certas normas do CDC.....	355
6.4 Aplicação da disciplina processual do CDC ao usuário.....	362
7 A aplicação do direito do consumidor pela administração pública.....	369
7.1 O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.....	369
7.2 Inaplicabilidade do SNDC aos serviços públicos.....	371
7.3 Limites para a defesa administrativa dos usuários de serviços públicos.....	374
7.4 Limites da legitimidade ativa (arts. 81 e 83 do CDC) dos entes administrativos e associações no âmbito dos serviços públicos.....	375
8 Conclusão.....	376
Referências.....	377

PARTE III Os Institutos

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DO ATO AO PROCESSO

Odete Medauar.....	383
1 Considerações preliminares.....	383
2 O ato administrativo na concepção clássica.....	383
3 Expansão da concepção clássica.....	386
4 Panorama dos dados geradores de mudanças em concepções do Direito Administrativo.....	387
5 A pregação em favor do processo administrativo.....	388

6 Dúvidas quanto a características do ato administrativo.....	389
7 Dúvidas quanto à centralidade do ato administrativo.....	391
8 Entendimento doutrinário no sentido da centralidade do processo administrativo.....	392
9 Existe figura central no Direito Administrativo? Pode-se aventar figura central ou tema central, na atualidade?.....	392
10 Conclusão.....	393

O SERVIÇO PÚBLICO E AS SUAS CRISES

Alexandre Santos de Aragão.....	397
1 A permanente crise dos conceitos de serviços públicos.....	397
2 A primeira crise dos serviços públicos.....	398
3 A segunda crise dos serviços públicos.....	400
4 Propostas de superação do instituto.....	402
5 Os múltiplos graus de publicização das atividades econômicas.....	407
6 A manutenção do instituto no direito brasileiro.....	411

A INSERÇÃO DO REGIME CONCORRENCIAL NOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Alexandre Wagner Nester.....	413
1 Introdução.....	413
2 Alteração do paradigma para atuação estatal na economia.....	413
3 O papel do Estado Regulador.....	417
4 Mercado e concorrência.....	418
4.1 Mercado.....	418
4.2 Concorrência.....	420
4.3 Mercados competitivos.....	421
5 A noção de serviço público.....	423
5.1 Um conceito de serviço público.....	424
5.2 A distinção entre serviço público e atividade econômica em sentido estrito.....	426
6 Introdução da lógica concorrencial no cenário brasileiro.....	428
6.1 A ordem econômica na Constituição Federal de 1988.....	429
6.2. A evolução da economia brasileira para um sistema de livre concorrência: a nova ordem econômica.....	430
7 Os instrumentos para promoção da concorrência no âmbito dos serviços públicos.....	433
8 Conclusão.....	435
Referências.....	436

A MUTABILIDADE E INCOMPLETUDE NA REGULAÇÃO POR CONTRATO E A FUNÇÃO INTEGRATIVA DAS AGÊNCIAS

Flavio Amaral Garcia.....	439
1 Introdução.....	439
2 A Regulação por contrato: algumas notas.....	440
3 A partilha de riscos.....	446
4 A flexibilidade decorrente da mutabilidade e da incompletude contratual.....	450
5 A regulação por agência e sua função integrativa na regulação por contrato.....	455
6 Conclusão.....	457
Referências.....	459

AS AGÊNCIAS REGULADORAS INDEPENDENTES E ALGUNS ELEMENTOS DA TEORIA GERAL DO ESTADO

Vitor Rhein Schirato.....	463
1 Introdução.....	463
2 O advento das agências reguladoras e a origem das controvérsias.....	465
3 As agências reguladoras e o princípio republicano.....	472
3.1 A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	479
4 As agências reguladoras e o conceito de Estado.....	481
5 O poder normativo das agências reguladoras e a tripartição dos poderes.....	488
5.1 Origem e fundamentos do poder normativo das agências reguladoras.....	489
5.2 As normas reguladoras e a tripartição de poderes.....	492
5.3 O poder normativo das agências reguladoras e o princípio da legalidade.....	499
5.4 A legitimação das normas reguladoras.....	505
5.5 A Natureza jurídica dos atos normativos das agências reguladoras.....	508
6 O controle jurisdicional das agências reguladoras.....	509
7 Conclusão: as agências reguladoras e o atual estágio do direito	

público.....	513
Referências.....	514

AS FUNDAÇÕES ESTATAIS DE DIREITO PRIVADO E O DEBATE SOBRE A NOVA ESTRUTURA ORGÂNICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Paulo Modesto.....	519
1 Introdução.....	519
1.1 Inconsistência normativa.....	519
1.2 Inconsistência da doutrina.....	523
2 Projeto de Lei Complementar nº 92/2007.....	525

LICITAÇÕES E CONTROLE DE EFICIÊNCIA: REPENSANDO O PRINCÍPIO DO PROCEDIMENTO FORMAL À LUZ DO “PLACAR ELETRÔNICO”!

Marcos Juruena Villela Souto.....	531
1 Fundamento constitucional da licitação e sua técnica de atendimento.....	531
2 Procedimento formal x eficiência.....	532
3 A Reforma do Estado voltada para a eficiência.....	536
4 As longas, várias e infrutíferas tentativas de modificação do Estatuto das Licitações com vistas à eficiência.....	538
5 O PAC e mais uma proposta de nova Lei de Licitações.....	539
6 O que se pode pensar para ampliar a eficiência nas licitações?.....	539
6.1 O fim da cartelização nas licitações.....	540
6.2 A alternativa da regulação das licitações.....	540
6.3 As bolsas de mercadorias e os próximos passos para a eficiência.....	541
Conclusões.....	543

O FUTURO DAS CLÁUSULAS EXORBITANTES NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Diogo de Figueiredo Moreira Neto.....	545
1 Introdução.....	545
2 Prerrogativas da Administração Pública.....	545
2.1 Imperatividade, assimetria e prerrogativas.....	545
2.2 A imperatividade como fundamento histórico das prerrogativas.....	545
2.3 O fundamento moderno e o pós-moderno das prerrogativas.....	547
3 Contratos da Administração, contratos administrativos e cláusulas exorbitantes.....	549
3.1 Contratos de direito público.....	549
3.2 Origem e evolução do conceito de cláusulas exorbitantes no Direito Administrativo.....	550
3.3 Modulações contratuais não se apresentam como razão suficiente para uma dupla regência dos contratos.....	551
3.4 Tipologia das cláusulas exorbitantes.....	552
4 Avaliação atualizada das cláusulas exorbitantes.....	553
4.1 As vantagens no contexto do Estado moderno.....	553
4.2 As desvantagens emergentes no contexto do Estado pós-moderno.....	553
4.3 Os novos parâmetros para a contratação pública.....	554
4.4 A adoção das cláusulas discricionárias.....	556
4.5 A teoria da dupla motivação.....	557
5 As cláusulas exorbitantes na legislação brasileira e nos projetos em estudo.....	557
5.1 Classificação das cláusulas exorbitantes da legislação brasileira vigente.....	558
5.2 As tendências em curso.....	558
5.3 As cláusulas exorbitantes em projeto.....	559
6 Conclusões.....	560
6.1 O concurso de princípios no direito pós-moderno e sua composição.....	560
6.2 O interesse público enquanto princípio concorrente.....	561
6.3 Onde entra o princípio da eficiência.....	561
6.4 O futuro da imperatividade, das prerrogativas e das cláusulas exorbitantes.....	562
6.5 Da relação de supremacia à relação de ponderação.....	562

A DESAPROPRIAÇÃO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Egon Bockmann Moreira e Bernardo Strobel Guimarães.....	565
1 Introdução.....	565
2 A supressão de direitos como ideia primal do instituto da desapropriação.....	566
3 Perfis constitucionais do direito de propriedade e da desapropriação nas Constituições brasileiras anteriores.....	568
4 Perfil constitucional da desapropriação na Constituição de 1988.....	573

5 Breves reflexões críticas sobre a desapropriação no Decreto-Lei nº 3.365/1941.....	576
6 Considerações finais.....	585
AUTORIZAÇÕES ADMINISTRATIVAS VINCULADAS: O EXEMPLO DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES	
Jacinto Arruda Câmara.....	587
1 Introdução.....	587
2 A autorização na doutrina brasileira.....	588
3 A autorização na Lei Geral de Telecomunicações.....	591
4 Autorização no direito comparado contemporâneo.....	595
5 As autorizações vinculadas e a Teoria Geral do Direito Administrativo.....	596
Referências.....	597
AS ATIVIDADES COMUNICADAS E O CONTROLE DO EXERCÍCIO DAS LIBERDADES	
Paulo César Melo da Cunha.....	599
1 A proposta.....	599
2 O novo perfil do regime jurídico dos serviços públicos.....	600
3 A função das atividades comunicadas.....	604
4 As atividades comunicadas no direito positivo brasileiro.....	605
5 A comunicação das atividades que propiciam receitas adicionais nas concessões e permissões de serviços públicos.....	608
6 O papel do regulador diante da atividade comunicada.....	609
7 Conclusões.....	610
SOBRE OS AUTORES.....	613